

Rabello de Castro: falta um pouco mais de patriotismo

Esse país tem jeito

ENTREVISTA CONCEDIDA A
MÁRCIO BUENO E A IVAN WEDEKIN

"Pecado é não fazer nada", reage o entrevistado do Abre Aspas deste mês, o PhD em economia Paulo Rabello de Castro, quando perguntado se o governo do estado de Mato Grosso não estaria pecando contra os princípios liberais, ao estimular o setor produtivo, obtendo por tabela um crescimento recorde do PIB estadual.

Ninguém melhor que um egresso da Universidade de Chicago para dissertar sobre liberalismo econômico e políticas de governo. E a paixão por esses dois temas vem de longa data. Em 1976, Rabello de Castro criou AgroanalysiS, *inovadora para a época, ao lançar um estilo de abordagem econômica que fez escola. Mais tarde editou* Conjuntura Econômica, *revista da Fundação Getulio Vargas, que ganhou fôlego novo sob sua direção. Atualmente é consultor de empresas,* chairman *da SR Rating (primeira agência brasileira de classificação de riscos) e vice-presidente do Instituto Atlântico, entidade que se destina à proposição de políticas macroeconômicas.*

Rabello de Castro entende que o governo de Mato Grosso é um exemplo de como deve agir um governo: não substituir o setor privado, mas também não ignorá-lo. Apesar das críticas que faz ao governo federal, o economista exibe nesta conversa o mesmo otimismo que registrou no livro Esse país tem jeito?, *lançado na década de 90.*

■ É verdade que não existe política agrícola consistente no país desde o esgotamento do modelo de crédito rural oficial, no final dos anos 80?

— A política agrícola brasileira foi se desfazendo como manifestação da vontade de governo. Há razões para isso: descompromisso com o crescimento, falência financeira do Estado e uma certa esclerose da representação do setor. Desde os tempos de Sarney/Collor, a produção agropecuária "é o que der". Planos de safras vêm sendo desenhados ano após ano, mas a sua execução tem falhado porque, premido pela crise financeira, o governo não consegue alocar os recursos programados, no tempo e hora exigidos pelo calendário agrícola. Mais recentemente, o governo mobilizou o setor privado em torno do Fórum Nacional da Agricultura, mas todo o trabalho virou letra pela prevalência de uma visão de curto prazo no trato das questões de desenvolvimento.

■ Na sua opinião, o Brasil precisa de uma política agrícola formal ou o certo é a política do "salve-se quem puder"?

— Política e governo são sinônimos. Se não for para ter uma política setorial, melhor estar sem governo. Certamente, os recursos na economia são escassos. Então, é preciso gastar bem os recursos públicos. Tivemos avanços importantes na execução da política agrícola, como a modernização da intervenção do governo no mercado. A Conab – Companhia Nacional de Abastecimento – está buscando operar *hands free*, ou seja, não colocar as mãos em produtos e estoques. É muito mais ágil, eficiente

ente e barato para a sociedade que a intervenção seja feita através do mercado de opções ou de Prêmio de Escoamento de Produto, por exemplo. Além disso, é preciso medir o retorno econômico e social de cada centavo aplicado na agricultura. Se isso for feito, certamente concluiremos sobre a ineficiência de dois programas muito badalados, o programa de assentamento dos sem-terra e o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Sabemos que a matriz produtiva agropecuária vem se alterando profundamente não apenas no Brasil, mas também no mundo. O censo agropecuário de 1996 revela que os estabelecimentos com menos de 10 hectares representam 49% do total, mas apenas 11% do valor da produção agropecuária. Cada vez mais a produção vem sendo feita por médias e grandes propriedades e isso decorre do fato de que a competição global exige ganhos progressivos nas economias de escala. O governo tem enfatizado mais a questão social do que a produtiva, tratando melhor os sem-terra e os pequenos produtores amparados pelo Pronaf e deixando de lado aqueles que estão respondendo pelo aumento verdadeiro da riqueza agropecuária nacional. Estes, sim, é que estão diante da realidade do "salve-se quem puder".

■ Quais são os setores, internos e externos, beneficiados pela ausência de uma política agrícola?

— Evidentemente, os maiores beneficiados são os concorrentes internacionais, que vivem sentimentos paradoxais em relação ao Brasil. Eles por um lado se assustam quando vêem o enorme potencial de terras agricultáveis no cerrado e até mesmo no Nordeste brasileiro. Mas, por outro, se encantam com a fraqueza do nosso Brasil em transformar esse potencial em realidade competitiva.

■ Quais os fundamentos de uma política agrícola? O estado de Mato Grosso aponta um caminho?

— Política setorial moderna não é baseada em intervenção, mas em diálogo e compreensão das necessidades e ambições do setor. Nesse sentido, Mato Grosso inovou, como é o exemplo através da Fundação Mato Grosso. Ali, o governo encontrou o seu lugar na relação e não se substituiu o setor privado. Houve respeito e confiança de ambos os lados. O Proalmat, programa que potencializou a escalada do algodão no estado, não foi uma idéia do governo, mas uma resposta do governo ao desafio lançado pelo produtores locais, ávidos por uma alternativa econômica à monocultura da soja.

■ Como transplantar a política agrícola de Mato Grosso para o Brasil?

— Não há transplante possível. Cada região é um caso diferente. Carece de observação específica e diálogo com as lideranças locais. A execução das políticas de "localismo", ou seja, para o desenvolvimento local, deve ser precedida por uma compreensão clara da posição competitiva do estado, região ou empresa nos mercados nacional e global. Só a partir daí é que se poderá identificar os setores ou segmentos que devem concentrar os esforços de desenvolvimento. O caso de Mato Grosso é uma experiência a ser acompanhada com cuidado, pois traz lições interessantes de como despertar o potencial regional.

■ Para os princípios liberais, não é pecado um governo, como o de Mato Grosso, instituir subsídios, interferir nos rumos econômicos, no sentido de orientar a atividade empresarial?

— Pecado é não fazer nada, deixando escapar as oportunidades. Mato Grosso não subsidiou a atividade produtiva; que eu saiba, houve apenas redução seletiva de algumas taxações com enorme ganho de arrecadação para o estado, que antes não arrecadava praticamente nada, como o caso do algodão ilustra muito bem.

■ Mato Grosso se tornou um grande produtor de produtos primários — praticamente toda a produção é vendida *in natura*. É um sucesso, mas trata-se do estágio inicial. O Brasil já fez a segunda onda, processando internamente boa parte da produção agrícola. A segunda onda brasileira foi conseguida com muito incentivo governamental, sobretudo via BNDES. Como Mato Grosso poderá estimular a segunda onda sem seguir o mesmo caminho?

— Pense bem: dá para industrializar sem a infra-estrutura adequada? O governo de Mato Grosso "correu atrás do prejuízo", dotando o estado do mínimo necessário de infra-estrutura. Agora pode vir a segunda fase; aliás já chegou com a agroindústria, que progressivamente vem se instalando no estado. O desafio maior, no entanto, é ultrapasssar a fase do agro com a agregação de toda sorte de serviços, com densidade tecnológica, caminhando na direção dos *agriclusters* (*leia o artigo de Ivan Wedekin sobre o assunto nesta edição*).

■ É importante a agregação de valor no estado ou a exportação de produtos *in natura* deve prosseguir?

— Deixar o mercado funcionar é a receita básica; o mercado dirá qual o ritmo da intensificação de valor. O papel do governo é não atrapalhar nem criar incertezas além daquelas naturais ao processo empresarial. Evidentemente, a agregação de valor no estado é um caminho desejável, para gerar renda e abrir novos postos de trabalho para a população mato-grossense.

■ No campo das relações internacionais, o Brasil tem insistido na política – quase sempre infrutífera – de brigar pelo fim das barreiras tarifárias e não-tarifárias. É possível desenvolver outras estratégias? Quais?

— Desconfio de que o nosso país se defende muito mal na verdadeira guerra comercial planetária. Agora mesmo a negociação da Alca oferece oportunidade única de o Brasil conseguir um calendário de eliminação gradual dos subsídios norte-americanos. Para tanto, é preciso que haja muita articulação, envolvendo também os europeus. Será que temos uma agenda pronta para isso ou estamos entrando na guerra com apenas a posição corajosa e isolada de um ministro.

■ Quais seriam as prioridades de um governo verdadeiramente liberal no Brasil de hoje?

— Prioridade de governo no Brasil é, antes de tudo, governar. Estabelecer e divulgar prioridades, valorizar as oportunidades para o maior número possível de indivíduos e sustentar o empreendedorismo em todas as suas facetas. Não é pouco, nem é muito – é o necessário.

■ Esse país tem jeito?

— Sempre teve. Agora, mais do que nunca. Explico melhor o meu pensamento: a população está ficando mais adulta, a inflação caiu, o regime do câmbio é flutuante, existe uma lei de responsabilidade fiscal e, sobretudo, há uma clara percepção daquilo que ainda se precisa fazer mais ou melhor. Falta um pouco mais de patriotismo, com a vontade e o poder político para realizar.